

RESENHA

CONSELHEIRO DO SERTÃO: ENTRE PRÉDICAS E CONSELHOS – LÍDER CAMPONÊS

Gildasio dos Santos Andrade

Entre os centenários da fundação e destruição de Canudos (1993-1997), o Brasil vivenciou um período de intensa produção cultural em torno desse tema histórico. Centenas de eventos comemorativos surgiram, entre colóquios, palestras, simpósios e outros encontros. Na produção científica, essa efervescência também se destacou. Canudos tornou-se um dos temas mais explorados da historiografia brasileira, abordado em Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações, teses e livros.

Outras produções enriqueceram as celebrações. Nas artes plásticas, a obra de Tripoli Gaudenzi (1996) se destaca pela narrativa das cores sobre um evento marcado na memória nacional pelo preto e branco das fotografias de Flavio de Barros. O documentário *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos* (1993), dirigido por Antônio Olavo, tece de forma contundente o significado de Canudos e os reais motivos do conflito, ouvindo pesquisadores e descendente dos sobreviventes; é o documentário mais completo sobre o tema. No cinema, a história de Canudos ganhou vida na produção do filme *A Guerra de Canudos* (1997), dirigida por Sérgio Rezende, exibido ao grande público em rede nacional.

No terreno concreto dos desafios da vida cotidiana, o centenário de Canudos também foi rememorado pelos movimentos sociais do campo como exemplo, inspiração e referência de luta pela terra e justiça social. Nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), espaços de formação política das Pastorais Sociais e nas comunidades rurais do sertão de Canudos organizadas no Movimento Popular e Histórico de Canudos (MPHC), o tema foi refletido, musicado, dramatizado e, às margens do Cocorobó, em romaria milhares de trabalhadores celebraram a sua memória.

No fundo, o sentido maior das lembranças do passado está em função de servir-se dele para questionar os problemas do presente. Nesse sentido, Canudos e Antônio Conselheiro tornaram-se um campo de disputa na memória coletiva. Fica evidente nas narrativas construídas a proposição de Marc Ferro, em *A História Vigiada* (1989), de que a dimensão da disputa, do controle é uma marca permanente da história. Por isso, na ocasião das comemorações do centenário o Movimento Popular e Histórico de Canudos, publica o livro de Enoque de Oliveira, uma das lideranças do movimento, *Conselheiro do Sertão: entre prédicas e conselhos (Líder Camponês)* (1997), que busca dar uma pequena demonstração da pesquisa em curso sobre Antônio Conselheiro e sua gente. Uma versão do beato a partir da experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

O pequeno texto, cinquenta páginas apenas, é fartamente documentado com bibliografia, documentação produzida pela imprensa e entrevistas realizadas pelo autor entre Sergipe e Bahia. A apresentação do texto, feita por Celso Cotrim Coelho, chama a atenção para o leitor de que o MPHIC vem a muito tempo batalhando para resgatar essa história de forma séria e não apenas pelo modismo dos 100 anos. Nesse sentido, o tópico que abre o texto é sugestivamente intitulado: *O que se disse e o que não se disse: sobre a vida e a obra de Antônio Vivente M. Maciel (O Conselheiro)*. Nele, o autor chama a atenção para as múltiplas visões sobre o Beato, seriam seis ao todo. Construídas em diversos terrenos da interpretação histórica, a maioria delas atravessada por preconceitos e calúnias à prática concreta do Conselheiro.

As duas primeiras visões sobre o Beato teriam sido construídas ainda em sua fase apostólica e posterior fundação de Belo Monte. Primeiro pela imprensa sergipana, no editorial O RABUDO, de 1874, que o caracterizou como bandido, fanático, entre outras adjetivações. A segunda, pela Igreja Católica e fazendeiros poderosos da região, a exemplo do Barão de Geremoabo, que o definiu como herege (Igreja), subversivo da “Seita do Comunismo” (Barão de Geremoabo). A terceira versão, o apresenta como messiânico, embora o livre da condição de fanático e bandido, lhe atribui um caráter profético, milagreiro e de messias. A quarta versão, construída pela esquerda, atribui a importância do Beato entre as massas camponesas, “mas não o liberta de uma literatura que o enclausura como representante

de um misticismo exagerado (misticismo burguês) produto do atraso do Nordeste” (p. 11). A penúltima versão, construção mais recente, assemelha o Beato ao Padre Cicero do Juazeiro, como um religioso assistencialista, bem-comportado e mais próximo de um sacerdote do que de um homem que desafiou à ordem Clerical-coronelista, como define o autor a associação de forças que levaram a calúnia e posteriormente a destruição de Canudos. Por último, Enoque expõe a versão sobre o Beato do Movimento Popular e Histórico de Canudos, desenvolvida a partir do trabalho começado em 1981, quando de sua chegada à Paróquia de Monte Santo, para resolver os problemas de grilagem de terras.

Nas palavras de Enoque: “Beato, peregrino, místico sim! Mas transformador social. Profeta sim! Não por fazer profecias, ser visionário, messiânico, milenarista, sebastianista, adivinhador do fim dos tempos; mas profeta de luta, combatedor, justiceiro, defensor dos oprimidos” (p. 11). Segundo a interpretação do autor, a versão construída pelo Movimento, tomou como referência a memória e oralidade presente na vida das comunidades rurais do sertão de Canudos, mas também a própria experiência de libertação da comunidade de Monte Santo e região desenvolvido nos últimos 16 anos de trabalho nas comunidades. Essa interpretação atribui ao Beato como elemento definidor o de “Líder Camponês de Massas”. Aqui, o uso da categoria Camponês, por si só, atribui ao Beato uma conotação profundamente política, na medida em que essa categoria de análise não é a mais usual entre os estudiosos, por aproximar-se de uma leitura marxista do fenômeno. No trabalho de Enoque, camponês é fundamentalmente uma categoria central para entender a dimensão política de Canudos e do Beato, como de outros movimentos de camponeses ao longo da história. Isso porque se opõe, quase que antagonicamente, à ordem Clerical-coronelista da época.

Para demonstrar o Beato como um transformador social e defensor dos oprimidos, o auto propõe seguir os passos do peregrino que levaram a Belo Monte. Ele começa pelo aparecimento em Sergipe das primeiras notícias do biografado, em 1874, sua passagem por algumas vilas e povoados até o vale do Itapicuru, sertão da Bahia. Recorrendo à imprensa da época e cronistas que escreveram sobre o Beato, Enoque apresenta as passagens do Beato em Lagarto, Simão Dias e Coité. Nestas passagens, ele demonstra

que a capacidade de atração dos trabalhadores pobres pelo Beato é motivo de desagravo de religiosos e fazendeiros locais. Por isso, são disseminadas notícias extremadas e acusações fantasiosas contra o Beato no intento de intervir ou distanciar o aparecido que tanto incomoda. Ainda em Sergipe, as primeiras medidas são tomadas, a proibição de realizar pregações, expulsão por parte de vigários e dispersão da multidão que o acompanha.

Conforme o autor conclui, pelos fatos históricos percebe-se a tentativa de neutralizar as ações do Beato. Para isso, a Igreja recorria a ação de missionários pertencentes ao clero oficial, como Frei João Evangelista, Padre Domingos de Melo. Outra coisa deixa transparecer no texto, em diversos momentos proibidos de pregar ao povo, o Beato teria obedecido às autoridades religiosas locais, sem resistência, isso seria uma demonstração de respeito. Contudo, depois de anos de resignação, ele enfrenta as autoridades religiosas e desobedece suas ordens. É o caso do ocorrido na Freguesia do Livramento do Barracão, em que o Padre João Alves da Silva Paranhos informava ao Arcebispo que o Conselheiro bradava que ninguém poderia impedir suas predicas. Nesse episódio é feito o primeiro pedido de intervenção policial.

Em 1876, o Conselheiro é preso sob a acusação de ter cometido o assassinato de sua mãe e esposa. Mais uma vez é caluniado, afirma Enoque. Humilhado, torturado e levado ao Ceará. Depois da farsa desfeita e posto em liberdade, Antônio Conselheiro retorna sua vida peregrina em terras baianas.

Na sequência do texto, Enoque destaca a importância e o impacto na trajetória do Beato e de todo o Nordeste, da grande seca de 1877. A paisagem desoladora encontrada pelo peregrino, os mortos aos milhares pelas estradas e vilas, contrastava com a posição das principais autoridades de época. Sobre ela, questiona Enoque: "O que faziam os intelectuais: juizes, delegados e Igreja diante daquela hecatombe?" Dotado de um tom definidor da postura da autoridade, afirma que nada o fizeram. "Que faz Conselheiro? Torna-se o aglutinador dessas massas exiladas e famintas" (p. 24).

Em defesa do Conselheiro, Enoque recorre a outros periódicos da época para refutar algumas calúnias anunciadas nas primeiras aparições em Sergipe, como o da Folhinha Laemmert, que o define como uma pessoa que exerce grande admiração entre as classes populares, além de exaltá-lo como homem inteligente e de cultura.

No tópico *1889- A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA*, o autor refuta a tese segundo a qual o Beato havia encontrado um outro inimigo em função de motivações estritamente religiosas ou afinidades com a monarquia. Como é sabido, a separação da Igreja do Estado com a proclamação é alvo do combate promovido pelo Beato, mas, segundo Enoque, “a essência, o eixo, de seus ataques são os republicanos, sejam católicos, maçons ou protestantes [...]. São aqueles que exterminaram com quase toda sua família, que o prenderam injustamente, que inventaram ser ele criminoso, louco, bandido; os mesmos senhores, vigários e barões de escravos que enricaram com a escravidão” (p. 28).

Outro ponto de destaque são as obras realizadas pelo sertão pelo Conselheiro. Adverte Enoque, em não reduzir a visão de mundo do Conselheiro às suas sentenças teológicas, mas a partir de sua obra e prática junto ao povo. Além de restaurar capelas, lugares sagrados para o povo que o acompanha em número cada vez maior, esteve preocupado com os vivos e os mortos. Edificou cemitérios, açudes, cacimbas e cidades. Ele é responsável pela fundação da cidade de Crisópolis, de onde se retira para seguir sua peregrinação em 1893. Nesse mesmo, ano passaria em Monte Santo para restaurar a subida inicial do Sacro Monte, e teria o primeiro confronto armado em Masseté. Em Monte Santo, o coronel João Cordeiro do Acaru iria novamente recorrer às autoridades bradando que as pessoas estavam se recusando a pagar impostos, tudo isso por conta das pregações do Beato.

Sobre a repercussão das perseguições ao Beato, uma das únicas vozes públicas a sair em defesa de Antônio Conselheiro foi o Machado de Assis. Sobre a posição do escritor, Enoque ressalta a sensibilidade do cronista em perceber que aquela pessoa que tanto era atacada não representava uma ameaça à República, tão pouco os adjetivos lhe cabiam conforme era anunciado. Já no tópico sobre as motivações que levaram à guerra, no texto, é bem evidente a trama construída para destruir Canudos e Antônio Conselheiro vinha sendo construída a muito tempo, bastava o ato final. E ele veio, como obra da mentira e dos boatos proferidos por um antigo desafeto do Conselheiro, o juiz de Juazeiros Arlindo Leoni. Ele fora juiz de Bom Conselho no incidente envolvendo a queima dos editais de impostos, realizada na praça pelos seguidores do Conselheiro, e, agora na condição

de juiz em Juazeiro, aproveitou a mensagem endereçado pelo Conselheiro sobre ir buscar com os seus homens as madeiras compradas e pagas adiantadas, como uma ameaça de invasão de sua cidade. O terror provocado na cidade justificou o pedido para o então governador da Bahia, Luiz Viana, proteção policial de Juazeiro contra a invasão dos “fanáticos”. Desse incidente se desenvolvem as expedições militares.

No último tópico, *A morte de Conselheiro*, Enoque refuta as versões apresentadas por outros estudiosos que pendulam entre o ferimento por estilhaço de granada explodido no santuário e a apresentada por Euclides a partir do testemunho de Beatinho, de que teria morrido de uma “caminheira”, em decorrências de problemas intestinais. Para o Enoque: “Conselheiro morreu da pressão da guerra, das emoções que o opressor não pode compreender. Morreu da dor que ninguém pode calcular. Só para destruir as torres do templo, forma 700 óbus do canhão! Do que querias mais, que morte tivesse aquela alma? Morreu da dor do confronto da oração, contra-atacando a granada, triturando a assembleia orante” (p. 45).

Por fim, Enoque fecha seu livro exaltando a obra e a vida do Conselheiro como um dos grandes das lutas sociais no Brasil, com um grito de salve, repetido ainda hoje entre os herdeiros de Canudos.

“Salve Conselheiro

Salve todos os guerreiros do Belo Monte

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo” (48).

Referências

OLIVEIRA, Pe. Enoque. *Conselheiro do Sertão: entre prédicas e conselhos – líder camponês*. Salvador, Movimento Popular e Histórico de Canudos (MPHC), 1997.